

## ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA(\*)

Moacyr Marques(\*\*)

A construção da geografia agrária como um enfoque territorial da atividade produtiva que se desenvolve no campo tem de obedecer a determinados pressupostos, sem os quais todo o esforço teórico dos que se dedicam a esta tarefa vê-se obstado no fundamental.

A observância dos pressupostos ou princípios gerais evitará os erros que poderão ser cometidos a partir da aceitação de outros, subentendidos, pouco elaborados e desenvolvidos a partir de idéias de senso comum ou princípios ideológicos incorporados através da análise e interpretação de outros setores da produção, parcialmente adequados ao estudo da atividade agrária.

Há princípios gerais, de alto grau de universalidade, que precisam ser reafirmados e há outros que decorrem da especificidade da agricultura e que permitem a este setor da economia apresentar um desenvolvimento próprio, cuja desconsideração produzirá um descompasso entre a teoria e o movimento real.

Vejo como importante trazer à discussão os pontos principais em que se baseia a economia política da agricultura, reformulada e atualizada à margem de dogmas que pouco contribuíram para o avanço do conhecimento daquele setor. Este texto não será, entretanto, uma crítica à economia política da agricultura mas fixará alguns pressupostos sem os quais a geografia agrária será uma mera abstração espacializada.

Os pontos que, na minha opinião, devem estar resolvidos pelos geógrafos no momento da elaboração do discurso da geografia agrária são os da historicidade, da especificidade do objeto, das relações técnicas e sociais de produção que assimilam em parte aquela especificidade, a questão da renda fundiária e o processo de sua superação, a questão da taxa de lucro e da sua progressiva destruição.

Para além dessas questões é preciso também colocar sob novo prisma as relações cidade-campo superando todas as formas de dualismos que sempre estiveram presentes no discurso da economia política da agricultura e também na geografia agrária. Estes pontos serão tocados, uns mais, outros menos e no final serão arroladas algumas consequências geográficas mais evidentes que deles decorrem.

### A historicidade

A atividade agrária não pode ser considerada isoladamente, como se fosse dotada de total autonomia, ou apenas se relacionando funcionalmente com outros setores da economia. Ela tem de ser considerada no contexto das formações econômico-sociais, de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, que determinará a sua concreta posição entre os setores da atividade econômica, considerada também a estrutura de classes sociais e as conseqüentes formas de repartição da riqueza produzida. A justa relação entre a agricultura e a indústria precisa ser estabelecida ao longo da história e no interior de cada formação econômico-social que se considere. Dito de outro modo, os geógrafos não podem tratar a espacialidade da agricultura, ignorando a sua historicidade.

A explicação de um fato qualquer que interessa à atividade agrária, precisa considerar, de certa forma, as

---

(\*) Este artigo é dedicado aos alunos do curso de Geografia Agrária - 1991 do Departamento de Geografia, que comigo participaram, lendo e discutindo.

(\*\*) Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

características gerais da sociedade que tornaram possível aquele fato pois cada sociedade reelabora e associa concretamente formas de produção que em outros contextos não se associariam; determina os tipos de produtos que são solicitados e como são produzidos através de relações técnicas e sociais de produção. A subestimação ou supressão desse princípio limita a explicação porque passa a considerar frequentemente, os determinantes como variáveis e dota o objeto de um tal grau de autonomia ou independência que, na prática social, ele nunca teve.

É por razões como as acima citadas que uma razoável parcela dos geógrafos que se envolvem com pesquisas de geografia agrária tendem a dar precedência, em seus trabalhos, às condições físico-naturais (geológicas, pedológicas, climáticas, geomorfológicas etc..) ou ecológicas relacionadas à produção, enredando-se muitas vezes em falsas explicações, uma vez que ou esquecem ou subestimam as leis sociais (mercado, apropriação, classes etc..). Esse caminho colabora para explicar *o que* se produz ou pode produzir mas não *como* se produz, vende, consome, que determina *o quanto* e *o que* se produz. Portanto, o início do trabalho a partir das condições geo-ecológicas nos leva a um encadeamento explicativo-tautológico ou circular.

Considerando-se que a agricultura é uma atividade produtiva fundamental para a humanidade, deve-se insistir no fato de ter sido ela a que primeiramente dominou as demais e por muito tempo marcou as primeiras formações econômicas, determinando-lhes o seu dinamismo ou a sua inércia. Como é o tamanho do excedente agrícola que determina o tamanho e a complexidade da divisão do trabalho, o desenvolvimento da agricultura foi por muito tempo o fator de limitação à expansão das cidades e da força e modernização das sociedades.

Se o progresso da sociedade dependeu das virtualidades da produção agrícola, esta, pelo desenvolvimento das técnicas de produção, foi aprofundando a divisão do trabalho, permitindo a liberação de forças produtivas e gradativamente, perdendo posição relativa no conjunto das formações econômicas, até que os papéis se invertem. De produtora de todos os bens que as cidades, vilas, castelos, mosteiros etc.. precisavam, a progressiva especialização do trabalho rural foi-lhe atribuindo um papel cada vez mais subordinado no

conjunto da economia, até que nas economias contemporâneas ela se subordina cada vez mais aos capitais urbano-industriais perdendo progressivamente sua autonomia através da chamada industrialização do campo, que lhe garante uma produtividade crescente.<sup>1</sup>

A consideração deste tema como acima tratado é um pressuposto que evita uma visão fracionada da agricultura e lhe garante a historicidade ou concretude para os desdobramentos temáticos ulteriores.

### A especificidade natural

Não se pode considerar os processos produtivos no campo em relação de equivalência com os que se situam na cidade. Primeiramente, os que se concentram nas cidades dizem respeito à transformação da matéria inerte, quer seja de origem mineral, vegetal, animal, sintética etc.. No campo, os processos produtivos que se finalizam como matéria orgânica – vegetal ou animal – consistem basicamente na reprodução de seres vivos. Essa peculiaridade determina formas e relações de produção que se diferenciam das que são eminentemente urbanas ou produtoras de urbanização.

Há que se respeitar o ciclo biológico criando, para tal, as condições ecológicas otimizadas que permitam a sua realização até o momento de sua interrupção para se obter o produto desejado. Esse procedimento necessário representa um obstáculo à máxima aproximação entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, fato corriqueiro no processo industrial de produção.<sup>2</sup>

A atividade agrária é forte consumidora de espaço, dada a necessária reserva de área que cada indivíduo precisa para se desenvolver biologicamente (mesmo que, tendencialmente, se projete uma diminuição nesta relação

(1) Para este assunto, ver Paul Singer, *Urbanização e classes sociais* in *Economia Política da Urbanização* pags. 9 a 28 Ed. Brasiliense, 1973; J. Graziano da Silva – a separação cidade-campo e a industrialização da agricultura in: *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, pags. 37 a 56. Hucitec, São Paulo, 1981.

(2) Ver P. George – *Précis de Géographie Rurale*, Première partie: relativité et rigueur des conditions naturelles. Paris PUF, 1967, pags. 3 a 76.

em consequência de incremento tecnológico). Além disso, a diversidade de produção, independentemente do mercado – que é o grande definidor do que se deve produzir – sofre as limitações das condições naturais, que são as grandes constrangedoras para a expansão dos cultivos e definidoras das espécies e variedades que poderão ser cultivadas, não obstante os esforços agrônômicos, biotecnológicos e de certas técnicas agrícolas que estão sempre alterando as limitações, tornando determinadas espécies menos especializadas, ou seja, ampliando o seu limite ecológico.

Outra questão que merece destaque e se prende às acima citadas, é que os fatores do meio são dinâmicos e variados, cabendo aos seres vivos a adaptação às suas variações. No caso da agricultura, a irregularidade dos fatores pode ser prejudicial à espécie em (re)produção, tornando o processo sujeito a riscos e prejudicando a atividade e a produtividade esperada. Às vezes torna-se possível a superação das deficiências naturais mediante o emprego de tecnologia corretiva (irrigação, proteção contra calamidades naturais, etc.). Esta peculiaridade se apresenta como um desestímulo à aplicação de capitais em setores de alto risco porque dificilmente haverá uma lucratividade correspondente.

Aos óbices climáticos seguem-se outros tais como os decorrentes das diferentes formas de relevo e declividade do terreno, que interferem nas técnicas de produção, facilitando ou não a mecanização. Ainda neste mesmo assunto, não se pode esquecer que a especificidade básica da atividade agrária, ou seja, o estar-se lidando com a reprodução de seres vivos especializados e em confinamento leva a que se mantenha a atenção centrada nas defesas fito e zoossanitárias. As pragas, as plantas invasoras, os vírus e fungos requerem pesquisas constantes e soluções químicas, bioquímicas e biológicas inibidoras das infestações acima dos níveis toleráveis.

É preciso lembrar também que a expansão das boas terras agricultáveis vai se escasseando e as novas áreas agrícolas vão ser mobilizadas sobre terrenos desprezados pelas suas difíceis condições para a atividade ou então por terras adversas a serem conquistadas para agricultura (franjas de desertos, áreas pantanosas e polderizadas).

A especificidade da agricultura está sempre relacionada com a variedade das condições naturais da produção e dela resulta o mosaico paisagístico do campo. Com o desenvolvimento tecnológico esse mosaico tende a se simplificar. As empresas, para minimizar custos de equipamento, de beneficiamento, armazenagem, de organização comercial etc., tendem a uniformizar o quanto possível a produção, simplificando o primitivo mosaico, especializando áreas agrícolas na produção de um número limitado de gêneros, compatibilizando melhor as espécies a serem produzidas com as áreas de produção e consorciando e alternando espécies vegetais e animais de forma o mais racional possível. E apesar de toda a racionalização resta o princípio básico do respeito ao ciclo biológico do animal ou do vegetal.

As questões relatadas acima jamais se colocarão para as atividades industriais porque as soluções técnicas, científicas e de capitais já estão disponíveis para as indústrias e permitem o seu desenvolvimento e processamento em pequenas unidades espaciais, cujos limites de localização e "proliferação" situam-se apenas no campo econômico.

### A especificidade técnica

Por ser uma atividade altamente consumidora de espaço, a organização racional da produção agrária fica bastante prejudicada devido à dificuldade de controle e racionalização do trabalho, que afeta a produtividade e, por conseguinte, a lucratividade. Assim, os produtos que implicarem num cultivo extensivo, terão poucas condições para serem produzidos mediante aplicações maciças de capitais por causa dos riscos e desperdícios.<sup>3</sup> Caberá então a certas formas empresariais não capitalistas, capazes de resolver (assimilar) aqueles fatores negativos o encargo de sua produção. É claro que em determinadas condições concretas e mediante certas formas operacionais os capitais podem ser mobilizados para a produção em escala.

Outro aspecto operacional que pesa sobre a rentabilidade da empresa agropecuária é o do controle dos

---

(3) Para esse assunto, ver R. M. Perosa e A. C. K. Aidar: *Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura* in *Revista de Economia Política* vol. 1 n° 3, 1981 pags. 17 a 38.

fatores da produção. Na empresa industrial é possível obter-se um ótimo controle do uso das matérias-primas a serem transformadas. O processo de entrada, mistura etc.. de cada participante do processo de transformação pode ser automatizado, pesado, medido etc.. de modo que o seu custo passa a ser rigorosamente controlado. No caso das atividades agrárias fica difícil manter funções especializadas e é grande a possibilidade de desperdício. O treinamento de pessoal se faz de forma assistemática e o trabalho passa a depender da confiança, responsabilidade individual, etc.. ou seja, permanece o risco, que pode se manifestar no processo de adubação, semeadura, profilaxia, alimentação animal, perdas por desvios, deterioração etc...

Há uma especificidade técnica que já foi levemente tocada em outro ponto mas que convém ser melhor explicitada: é a relação entre o tempo de produção e o tempo de trabalho na agropecuária. O tempo de produção é o despendido durante todo o processo de obtenção de um bem enquanto que o tempo de trabalho é o requerido pela ação direta do trabalhador no processo de produção, seja ele agrícola ou industrial. No processo industrial, a diferença entre ambos os tempos tende a se anular, eliminando-se o tempo morto ou seja, diminuindo-se o tempo de produção. Na agricultura, a diferença entre ambos tende a se manter devido à necessidade de se respeitar o ciclo biológico. E isso tende a afetar as relações sociais de produção e a rotatividade do capital.

Nem sempre o incremento tecnológico diminui a relação entre o tempo de produção e o tempo de trabalho; às vezes aumenta o tempo de não-trabalho. É o caso do incremento de técnicas de mecanização que aceleram as fases de semeadura, adubação, colheita, mas não alteram o ciclo biológico. Outras, químicas, por exemplo, aumentam a produtividade (adubação, defensivos, conservação de sementes etc..) mas não diminuem o tempo de produção. A revolução do tempo de produção está se tornando possível com o advento das biotecnologias e com a engenharia genética que desenvolvem técnicas de aceleração do ciclo biológico animal e vegetal.<sup>4</sup>

Outra diferença diz respeito à incorporação de tecnologia ao processo produtivo. Se, na indústria, as

respostas tendem a ser rápidas porque os obstáculos à incorporação são rapidamente neutralizados e a questão da produtividade reverte-se rapidamente na lucratividade, na agricultura, pelo fato de se ter um número elevado de unidades produtivas e uma estrutura de pessoal relativamente simplificada, que nem sempre está em condições de absorvê-la e, acrescente-se também, que as inovações partem das agroindústrias e das pesquisas tecnológicas de institutos científicos, o custo torna-se alto porque a sua difusão e manipulação é bastante lenta. Há casos em que o comprometimento anterior com técnicas determinadas pode até chegar a impedir a entrada de novas técnicas, mesmo a longo prazo – nos casos em que a elas se opuseram a natureza das espécies (as perenes, principalmente) ou o volume de recursos a serem despendidos na mudança de tecnologia. Leve-se em conta também que na agricultura, apesar do progresso técnico, a divisão do trabalho é frágil e o agricultor domina – ainda que cada vez menos – todos os passos para a obtenção do produto, coisa que desapareceu no processo de produção industrial.

A especificidade na incorporação da tecnologia à produção agropecuária determina em grande parte as formas espaciais da atividade. A racionalização e a adequação tecnológica leva a mudanças das formas espaciais que tendem à eliminação das formas anteriores que se apresentam como obstáculo às novas tecnologias. Levam também à eliminação de culturas incompatíveis com as novas técnicas. A uniformização espacial e a simplificação de culturas contribuem para uma melhor adequação às tecnologias de produção em grande escala.

A tendência à concentração espacial da produção ocorre também com as culturas perenes, de mão-de-obra intensiva e que requeiram cuidados especiais com cada indivíduo biológico em produção. Em geral elas ficam relegadas a terras mais acidentadas, não mecanizáveis, ou então em solos excepcionais que justifiquem seu cultivo ou ainda em áreas climáticas especiais para as espécies mais exigentes.

(4) J. Graziano da Silva (op.cit.) págs. 33 a 34; J. Wilkinson – *O futuro do sistema alimentar* cap. 1 e 2 Ed. HUCITEC, 1989.

## A especificidade econômica

### a) as relações sociais de produção

Antes do advento da industrialização a atividade agrária tinha desenvolvido uma gama complexa de relações de produção, umas sobrepondo-se e/ou justapondo-se a outras, à medida em que a instituição da propriedade privada da terra ia se consolidando e as exigências decorrentes do aprofundamento da divisão social do trabalho passavam a requerer sempre maiores excedentes agrícolas para sustentar sua complexidade crescente. Esse processo foi ora acelerado, ora retardado em função do desenvolvimento técnico que aumentava a produtividade do trabalho e liberava pessoas para o desempenho de outras atividades.

Até o advento da revolução industrial e da crescente hegemonia das relações capitalistas, que pressupõe o trabalho assalariado, o campo foi regido por relações de produção que envolviam duas classes principais: os proprietários das terras e os camponeses e/ou as comunidades aldeãs. Conforme o regime jurídico ou consuetudinário vigente, a figura do proprietário e senhor das terras podia estar corporificada nos administradores do rei, imperador etc.. como no caso do modo asiático de produção. Mas o camponês e sua família sempre foram os produtores de bens agrários, a unidade social de produtores; inicialmente, de todos os bens materiais da sociedade (gêneros agrícolas, pecuários... indústria rural etc..) mas com a separação cidade-campo, cada vez mais especializados na agricultura (*sensu lato*).

As relações capitalistas de produção, que revolucionaram o modo de produção de bens materiais, alcançou o campo. Mas atingiu-o de maneira especial, guardadas as especificidades das atividades rurais. Se na indústria ela abrangeu a totalidade das relações, superando completamente as relações corporativistas, no campo ela passou a ser mais uma dentre as demais. Curiosamente, nenhuma das relações anteriores foi totalmente eliminada mas reaproveitadas no processo de acumulação de capitais. Assim, ao lado das relações não-capitalistas que envolviam duas classes (senhores e escravos, senhores e servos) as relações capitalistas criaram um sistema de três classes – quando mantidos os privilégios do latifúndio – e de duas classes (proprietários e assalariados). Foi também criada uma classe de pequenos proprietários baseados no

trabalho familiar, quase totalmente à margem das relações de trabalho assalariado usado apenas como recurso temporário em alguma fase da produção.<sup>5</sup>

A revolução capitalista proporcionou uma diversidade de relações sociais porque conseguiu criar uma clara identificação entre a propriedade da terra e a empresa agrária, inexistente nos modos de produção anteriores. A variedade de formas e relações de produção concorreu para facilitar tanto a extração de mais-valia do trabalhador assalariado, quanto a extração de produto-excedente dos pequenos produtores vinculados aos latifúndios e às pequenas propriedades, dependendo do contexto histórico concreto em que ocorre a produção agrária. A situação diversificada vale também para os casos de pagamento da renda fundiária, que permaneceu claramente nas propriedades latifundiárias, parcialmente nas empresas agrárias e grandes propriedades capitalistas que negociam a renda no processo de circulação das mercadorias e que desaparece no caso das pequenas propriedades familiares, transferida para os setores comerciais por ocasião da venda dos excedentes produzidos.

A diversidade de relações sociais de produção concorre para marcar a diversidade territorial da agricultura, o grau de flexibilidade à inovação tecnológica e o nível de intensidade da exploração dos recursos naturais, que potencializam o processo de acumulação espacial da riqueza ou também a sua transferência.

### b) Os preços de produção

Os preços de produção da agropecuária não são estabelecidos, nas suas linhas gerais, como os da indústria. Estes incluem os custos das matérias-primas, acrescidos dos custos do processo de transformação industrial e mais uma taxa média de juros que remunera o capital investido em todas as fases. Se estes preços estiverem acima dos preços de mercado, a firma terá de reduzir seus custos para poder continuar operando. Os preços de produção dos

(5) Para esse assunto, ver K. Marx, *O Capital* cap. 47 seção sexta, livro III, págs. 725 a 753 ed. Fondo de Cultura Económica 2ª ed. México, 1959; J. S. Graziano da Silva, Op.Cit. cap. I – a teoria da renda fundiária pp.7 a 22; e Y. Nakano *A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura* In: Revista de Economia Política Vol. 1 n° 3 1981, São Paulo.

bens industriais são estabelecidos em torno de uma média dos preços de produção das firmas que operam no mercado e esses preços médios servem de sinalizador para os preços de mercado.

Na agropecuária, os preços de produção incluem um fator a mais que os oneram. Trata-se do pagamento da renda fundiária para que a terra seja posta para produzir, visto se tratar de uma condição básica decorrente do caráter da sua apropriação (privada, coletiva ou estatal). Portanto, no preço de produção da agricultura está embutido o pagamento da renda fundiária, um sobrelucro na economia capitalista, característico de preço de monopólio. E mais ainda: por causa dessa peculiaridade (dentre outras) o preço de produção de um bem agrícola é estabelecido a partir do custo de produção nas piores terras que o estão produzindo para o mercado e não em torno da média dos preços de produção, como acontece com os produtos industriais. Esse fato apresenta repercussões nas relações sociais de produção e na organização territorial da agricultura.

Numa formação econômica contemporânea em que as relações capitalistas de produção impregnaram toda a sua estrutura e regem todo o processo de acumulação da riqueza, é de se esperar que todas as atividades produtivas se pautem por aquelas relações. Entretanto não é o que necessariamente se dá. Há na agricultura, por exemplo, relações de produção que não se baseiam na exploração do trabalho assalariado e que viabilizam aquela atividade em setores pouco atraentes ao capital. Em cada uma delas os preços de produção apresentam diferenças na sua composição permitindo alternativas para a formação dos preços de mercado.

Como a renda se transforma num obstáculo à produção rural e a atividade agropecuária dificulta o emprego de mão-de-obra assalariada, o capital procura formas de produção que destruam parcial e progressivamente aqueles obstáculos através do constante progresso técnico e de novas relações não-capitalistas de produção.

Deixando-se de lado as formas tradicionais de parceria que correspondem a formas de produção numa economia pouco capitalizada, com reforço da propriedade latifundiária através da renda da terra, há outras em que 1) o proprietário da terra e o empresário rural são a mesma

pessoa e em que o sobrelucro é disputado entre os empresários rurais e os setores comerciais e agro-industriais e 2) a produção agrária é baseada em pequenos proprietários capitalizados, que se utilizam de mão-de-obra familiar e onde os preços de produção deixam de incluir o lucro (pois não empregam trabalho assalariado) e a renda (pois não a auferem e nem a pagam) uma vez que são estabelecidos em confronto com preços de mercado oligopsônicos.

Assim sendo, as formas não-capitalistas permitem um rebaixamento dos preços de produção que as capitalistas não podem acompanhar pois elas remuneram o trabalho assalariado, operam mediante uma taxa de lucro e o pagamento de uma renda fundiária. Como as empresas que operam nos setores secundário e terciário da economia geralmente remuneram o seu capital a taxas de juros mais altas do que as da agricultura, há uma tendência de os capitais envolvidos na agricultura não participarem de todas as atividades agropastoris, alocando-se apenas nos setores e atividades melhor remuneradoras, ou seja, naqueles em que o desenvolvimento tecnológico e organizacional permitem ganhos de alta produtividade. Deste modo, há uma certa divisão interna das atividades produtivas diferenciada quanto às formas de organização das empresas rurais.<sup>6</sup> Ou ainda, há certas atividades que requerem formas específicas de empresas produtoras conforme o nível de acesso à tecnologia, com implicações na produtividade.

#### c) Renda fundiária e taxa de lucros: tendências regressivas

A renda fundiária, decorrente do monopólio da terra, configura-se como um obstáculo à produção agrária, que tende a ser progressivamente superado. A partir da literatura disponível sobre o tema pode-se depreender que ela opera como um freio ao desenvolvimento das forças produtivas em determinadas condições históricas da produção. O progresso tecnológico aplicado à agricultura aparece como uma saída para superar o impasse, aumentando a produtividade, diluindo a participação da renda fundiária por unidade de produto, permitindo a continuidade do processo. Por essa via ela (a renda) tende a se manter, conservando a propriedade da terra

(6) Y. Nakano – op. cit.

independentemente da atividade agrária, por se tornar suportável como superlucro na agricultura capitalista.

A economia de mercado desenvolve mecanismos de minimização e de destruição progressiva da renda fundiária e da taxa de lucro na agricultura. Esses mecanismos se instalam ao mesmo tempo em que há um aumento de produção e produtividade no campo acompanhado de uma diminuição da participação do trabalho assalariado, ou seja, da expansão de formas não capitalistas de produção. Esta aparente contradição decorre do aumento do diferencial de acumulação de capitais entre as atividades urbanas e as rurais.

O capital, nas atividades urbanas – industriais, de serviços etc.. tende a adquirir formas monopolísticas em que os preços dos produtos deixam de ser estabelecidos no mercado livre e passam a ser administrados ou impostos aos consumidores através de acordos entre as empresas produtoras ou destas com o governo. As empresas ou os setores da produção que assim operam, auferem lucros que remuneram o capital a taxas acima da média do mercado, tornando aqueles setores atraentes ao capital e puxando a taxa média para cima. A taxa média de lucro da agricultura fica flagrantemente abaixo das atividades urbanas, não sendo atraentes para a inversão de novos capitais. Daí a progressiva descapitalização do campo e o desestímulo à expansão das relações capitalistas de produção e o reforço de outras relações de trabalho: desenvolvimento da pequena produção descapitalizada, mediante relações de parceria com o proprietário da terra; desenvolvimento da pequena produção capitalizada com arrendamento em dinheiro e formas de fracionamento da terra em pequenas propriedades familiares tecnificadas.

As formas de produção que não exploram o trabalho assalariado mas basicamente o trabalho familiar, quando forem bastante difundidas podem ser determinadoras dos preços de produção que estarão abaixo do das empresas capitalistas, inviabilizando-as ou forçando-as a operar com extrema eficiência e pequena margem de lucro. Como os meios técnicos hoje tornam-se acessíveis aos agricultores capitalizados e como a comercialização dos produtos agropecuários está fortemente concentrada pelas empresas agroindustriais, estas impõem aos preços de mercado atacadista um rebaixamento que os aproxima dos preços de produção, alijando progressivamente as empresas que operam com custos elevados.<sup>7</sup>

A superação da renda fundiária e da taxa de lucro impõem para os setores produtivos que operam com culturas extensivas uma estrutura fundiária que exclui, tendencialmente, a participação de empresas capitalistas na produção, a não ser que estas recebam subsídios que as compensem.<sup>8</sup> Onde existir o processo competitivo e os grandes proprietários não tiverem poder político suficiente para alterar os preços de mercado a tendência será para a expansão da produção familiar em unidades altamente tecnificadas.

### Os modelos de análise

Uma nova perspectiva geográfica da agricultura precisa rediscutir também os modelos de análise utilizados nos estudos da economia política daquele setor.

A autonomia do "setor agrícola" foi posta em questão a partir do momento em que a produção industrial passou a comandar todo o processo produtivo e subordinou gradativa mas efetivamente a agricultura em todas as suas fases. Com a industrialização crescente da agricultura os modelos de equilíbrio entre setores econômicos distintos foram perdendo o seu valor heurístico, pelo menos quando postos para as questões gerais da economia. Talvez ainda possam se manter para as análises mais detalhadas de tópicos subordinados aos postulados gerais.

Os modelos bipolares, geralmente postos como antinomias pressupõem uma relativa autonomia das partes que se defrontam e uma relativa equivalência dentro do modelo econômico subjacente. Se em certos momentos de uma formação social eles podem facilitar a compreensão de relações econômicas entre as partes, em outros, podem impedir a justa compreensão do objeto a ser investigado.

A análise dos fatos por confronto ou oposição às vezes pode ser de bastante utilidade na elucidação de aspectos obscuros dos objetos. Mas quando ela os identifica como coisas opostas e isoladas dos processos mais abrangentes que, geralmente, são considerados como unitários para efeito de interpretação, é aí que o processo perde sua concretude para se transformar em mera abstração.

(7) Y. Nakano – op. cit.

(8) Perosa & Aidar, op. cit.

Das antinomias<sup>9</sup> mais difundidas, a mais freqüente é a que opõe a cidade ao campo e onde as diferenças são confrontadas seja a partir das características externas, "ecológicas", seja pela integração funcional de ambas as partes num todo maior: a sociedade ou a comunidade. Aí os conceitos de cidade e campo são formados a partir de termos não necessariamente econômicos. O ponto de partida deforma os resultados da análise.

Outra antinomia que rege certos discursos da agricultura é a que aceita o sentido linear do desenvolvimento social através de etapas claramente diferenciadas e as transpõem para o tratamento da atividade agrícola. Por exemplo: se a sociedade passou de uma formação histórica feudal para a capitalista então a agricultura, como parte integrante daquelas formações também se impregna de "feudalismo" e "capitalismo". Como entre uma e outra formações há um processo de transição, as sociedades que ainda não passaram totalmente por ela carregam formas anteriores, residuais, juntamente com as novas que vão se impondo e eliminando as velhas formas. Uma supera a outra. Logo, na agricultura interessa o modo pelo qual se dá a superação das formas anteriores que freiam o avanço das novas relações técnicas e sociais de produção e isto conduz à utilização de modelos bipolares de análise associados a uma interpretação finalista da história.

Há outros pares opostos muito a gosto das análises do desenvolvimento da agricultura que podem integrar as análises geográficas. Por exemplo: considerar a agricultura como um setor *atrasado* dos pontos de vista econômico sociológico, cultural, tecnológico etc.. em contraposição à indústria, setor *moderno*, propenso a assimilar inovações e mudanças. Outras análises mais internalizadas identificam oposições entre os setores agrícolas de *mercado* e de subsistência. Ou ainda, dentro dos setores de mercado, as oposições entre os setores de exportação e de consumo interno.

As análises por antinomias nem sempre decorrem de uma concepção dualista clássica, que compreende um compromisso apriorístico com certas interpretações da sociedade. Algumas vezes uma concepção historicizante e que aceita a idéia do desenvolvimento como luta de contrários pode, no tratamento de um enfoque parcial de

todo social perder-se nas abstrações das antinomias. As análises da agricultura brasileira em diversos momentos estão plenas de exemplos calcados nesses modelos.

O tema central que se coloca para a agricultura contemporânea é o da hegemonia crescente dos capitais agroindustriais em todos os setores daquela atividade: desde a produção, passando pela circulação, repartição e consumo da riqueza gerada.<sup>10</sup> São eles que passam a controlar a produção, a estimular a incorporação de novas tecnologias de cultivo, de novas espécies e variedades e de orientar uma nova especialização territorial da produção etc..

O planejamento da produção agropecuária depende cada vez mais das indústrias de processamento de matérias-primas vegetais, das cadeias de distribuição de gêneros e da orientação do paladar do consumidor, pelas mudanças dos hábitos alimentares infundidos pela propaganda nos meios de comunicação de massa. As empresas agroindustriais determinam o lugar de produção, quantidade, nível da produtividade e até mesmo o nível de renda do produtor.<sup>11</sup> A autonomia do produtor vai se restringindo cada vez mais: no uso de insumos, defensivos, produção vegetal ou animal, no crédito e nas políticas agrícolas.

O eixo central das investigações da economia e da geografia agrárias deverá se orientar a partir da perspectiva da agroindustrialização e de como esse processo tende a se instaurar em todos os ramos da produção agropecuária, subjugando-os à acumulação capitalista urbano-industrial. Ao mesmo tempo, a agricultura vai se transformando num setor de consumo de bens industriais produzido em condições monopolísticas e

(9) A respeito dos modelos dualistas, ver J. Wilkinson *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*, Ed. HUCITEC-CEPA/BA, S. Paulo-Salvador, 1986, págs. 15 a 23.

(10) Para esse assunto, ver B. Sorj - *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Ed. Guanabara, Rio, 1986 pags. 29 a 68.

(11) Sobre este tema, ver J. Graziano da Silva, Angela Kageiama et alii: *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais* (inédito) outubro 1987, pags. 3 a 15; ver também D. E. Goodman, B. Sorj e J. Wilkinson - *Agroindústrias, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira* in: *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. V n° 4, 1985.

em produtor de bens agropecuários cada vez mais colocados como matérias-primas para as agroindústrias e indústrias de processamento alimentar, textil etc... e cada vez menos como produtos *in natura* para a mesa do consumidor.

Esta perspectiva sobre a agricultura permite pensar o estado atual da produção agropecuária como parte do modo industrial de produção de bens materiais e analisar sua situação em face desta realidade produtiva e de como os interesses agroindustriais vão se impondo, transformando-a.

## RESUMO

Este artigo pretende tratar sinteticamente dos primeiros passos teóricos que devem ser dados para se reconstruir a geografia agrária a partir da consideração das suas especificidades como setor produtivo e das tendências gerais que a estão subordinando ao modo industrial de produção de bens materiais. Estudar a agricultura é, hoje, focá-la pelo prisma da hegemonia crescente dos capitais agroindustriais e não mais considerá-la como um setor autônomo da economia. O artigo mostra os desdobramentos tópicos desta tese.